

Fogo e água ameaçam a Chapada Diamantina

Incêndios e obra de barragem irregular destroem silenciosamente um dos mais importantes parques naturais brasileiros

Waldomiro Júnior

Enviado especial

• PALMEIRAS (BA). Fogo e água estão ameaçando um dos mais importantes patrimônios ambientais brasileiros, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia. E tudo por responsabilidade de quem mais deveria proteger a área: o Governo do estado e a União. No último mês, dezenas de incêndios destruíram mais de 700 hectares, a maioria deles na faixa de cerrado ao longo da BR-242. A principal suspeita, que está sendo investigada pelo Ibama, segundo a chefe do escritório do órgão em Palmeiras, Rosa Lia de Castro, é de que o fogo seja provocado por trabalhadores da empreiteira contratada pelo DNER para recuperar a rodovia.

Enquanto incêndios se alastram, uma barragem cujas obras

foram iniciadas sem licença de implantação e sem o relatório de impacto ambiental exigidos por lei está para inundar outros 1.356 hectares. A obra é de responsabilidade do Governo do estado e seu embargo já foi solicitado à Justiça pelo Ministério Público federal. O parque, de 152 mil hectares, reúne uma das maiores biodiversidades do planeta. Nele foram catalogadas mais de 600 espécies de vegetais (150 só de orquídeas) e 340 de animais, alguns ameaçados de extinção, como a onça pintada e a suçuarana.

— Estamos na iminência de um desastre maior do que ocorreu em 95 — alerta Rogério Mucugê, o coordenador da Brigada de Voluntários de Combate a Incêndio de Palmeiras, a maior da chapada, referindo-se aos incêndios que devastaram cerca de 15 mil hectares há dois anos.

Em toda a chapada não existe uma única unidade do Corpo de Bombeiros. A responsabilidade pelo combate a incêndios é das brigadas de voluntários, formados basicamente por adolescentes que, na maioria das vezes, enfrentam as chamas sem qualquer equipamento de proteção, até mesmo descalços.

— Realmente, é difícil explicar a ausência de uma unidade dos Bombeiros na região — admite Durval Olivieri, diretor do Centro de Recursos Ambientais (CRA), órgão estadual responsável pela proteção ao meio ambiente.

Mas os operários não são os únicos suspeitos. Garimpeiros revoltados com a proibição de sua atividade na região, agricultores que realizam queimadas para o plantio e fazendeiros que queimam o cerrado para fazer pasto também são apontados como res-

ponsáveis pelos incêndios, que são constantes.

Já a Barragem do Apertado, em Mucugê, teve sua construção iniciada em 20 de maio, dois meses antes de a licença de implantação ser expedida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam), em 11 de julho. E isso após insistentes denúncias de ecologistas e da pressão do Ibama e da Procuradoria Geral da República.

— O Governo não obedeceu nem às mais elementares normas ambientais — acusa o procurador Robério dos Anjos Filho.

A concessão da licença no Cepam foi baseada em relatório do CRA que oficialmente admite irregularidades, mas, paradoxalmente, recomenda a aprovação da licença baseado na importância econômica da barragem. “Em linhas gerais, o empreendimento causará impacto positivo, poden-

do gerar a curto e médio prazo cerca de sete mil empregos diretos e 20 mil indiretos”, justifica o relatório do CRA, depois de assinalar que “o empreendedor deverá elaborar um plano de recuperação da área degradada” e que “no estado atual, a parada das atividades seria um mal maior”.

Para a construção da barragem, um trecho da serra que contorna a cidade de Mucugê está sendo inteiramente destruído. De lá sairão 500 caminhões de pedra para a obra, sem que, para isso, tivesse sido realizado qualquer estudo sobre a possibilidade de existir uma outra opção ou qualquer consulta prévia ao CRA.

— A única coisa que poderá ser feita é uma recomposição da área, com a construção de um equipamento urbano, como um anfiteatro — reconhece Olivieri.

Por enquanto, a única punição

imposta pela obra da barragem é uma multa diária, de R\$ 600, aplicada pelo Ibama, pelo desmatamento irregular da área, até que a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb) a recupere.

Não é a primeira vez que o Governo do estado tenta realizar uma obra na chapada desrespeitando a legislação ambiental. O aeroporto, considerado fundamental para o desenvolvimento turístico da região, seria implantado numa área considerada de proteção ambiental, apesar dos protestos e das ações da Justiça do Ibama e de todas as entidades ambientalistas da região.

— O que nos convenceu a transferir o local foi a conclusão do Ministério da Aeronáutica de que o local não oferecia segurança para os vãos, e não as alegações dos ecologistas — disse o diretor do CRA. ■

Class. n.º

19/10/97 Pg 8

Documentação

09.10.97
19/10/97 8 vent.
205

Edson Ruiz



VOLUNTÁRIA APAGA foco de incêndio na Chapada Diamantina: parque, de 152 mil hectares, não tem bombeiros

Ambientalista aciona Ibama na Justiça

Em 6 dias, ele diz ter cruzado com 8 caçadores e visto 20 focos de incêndio

Carter Anderson

• A imagem de abandono e devastação está até hoje na memória do ambientalista André Ilha: há três meses, ele decidiu gastar seis dias de suas férias numa caminhada de 120 quilômetros pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina. Ficou tão revoltado com o que viu que encaminhou à sede do Ibama, em Brasília, e ao Ministério Público uma representação contra a administração do parque. Em seu passeio, André viu de tudo: queimadas, desmatamento, ocupações irregulares e um desfile de caçadores. O ambientalista teve o cuidado de fotografar todas as violações ambientais e anexou as fotos na sua representação.

— Chegamos a presenciar 20 focos de incêndio simultâneos e cruzamos com oito pessoas armadas. A presença do Ibama res-

tringiu-se a duas placas de “respeite a natureza” — conta André.

Ele constatou também que, além de não resolver a questão fundiária, o Ibama ainda faz vista grossa a mais ocupações. O ambientalista deparou-se com uma escola construída este ano dentro do parque. Pior: com a madeira de árvores nativas.

Ao voltar ao Rio, André entrou com a representação contra a administração do parque que, segundo ele, omitiu-se no exercício da função fiscalizadora. No último dia 10, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público baiano decidiu que a representação de André tem indícios suficientes para a abertura de uma ação civil pública. A representação foi encaminhada às promotorias de Justiça dos municípios de Lençóis e Andaraí, que deverão entrar com a ação.

Doze anos após a publicação do decreto que transformou o parque em patrimônio ambiental, a União ainda não tomou providências para efetivamente implantá-lo, inclusive o pagamento de indenização aos donos de terra que ainda vivem na região.

— Na prática, o parque só existe no papel — explica a superintendente-adjunta do Ibama na Bahia, Clea Margarida Maciel Bastos, acrescentando que, para pagar as indenizações e demarcar definitivamente o parque, serão necessários R\$ 20 milhões.

O Ibama, segundo ela, ainda enfrenta a falta de pessoal para fiscalizar a área. Além da chefe do escritório, o órgão dispõe apenas de um motorista e de um fiscal para fazer a vigilância não apenas do parque, mas de toda a Chapada Diamantina. ■

COLABOROU Waldomiro Júnior